

Identidade social e aceitação social de cotas para negros nas universidades: um estudo com universitários

Social Identity and social acceptance of university entry quotas for black people, a university students survey

Mateus Bezerra Lima*

Resumo

A adoção de políticas de ação afirmativa vem se mostrando como temática geradora de discussões e um dos aspectos centrais do debate atual sobre racismo no Brasil. Entre tais políticas destaca-se a reserva de vagas para negros nas universidades. O presente trabalho tem por objetivo investigar possíveis relações entre aspectos definidores da identidade social de uma amostra de 283 estudantes universitários e seu posicionamento em relação à política de cotas para negros nas universidades públicas. Evidenciou-se forte rejeição à política de cotas; 82,7% dos participantes foram completamente contrários, bem como apenas 3,2% da amostra considerou-se negro. Notou-se maior importância dada à cor de pele pelos estudantes que se posicionaram próximos ao polo dos negros, quando comparados àqueles que se posicionaram mais próximos ao polo dos brancos. Os estudantes negros afirmaram ter mais contato com pessoas negras quando comparados aos brancos, que apresentaram distanciamento maior, principalmente nos níveis familiar e interpessoal.

Palavras-chave: Ações Afirmativas. Identidade Social. Preconceito Racial.

Abstract

The adoption of affirmative action policies is becoming a theme that is generating discussions and is one of the core aspects of nowadays debate about racism in Brazil. Among those policies deserves notice the reserve of vacancies for black people in universities. This work aims to investigate possible relations between defining aspects of social identity in a sample of 283 university students and their position about the policy of quotas in Brazilian universities. It has been found a strong rejection to the policy of quotas; 82,7% of the participants were completely against it, as well as only 3,2% of the sample considered themselves black. A greater importance of the skin color attributed by the students positioned closer to the black position was observed. Black students stated to have more contact with black people, compared to white students, who were more distant to black people, mainly in familiar and interpersonal levels.

Keywords: Affirmative Actions, Social Identity, Racial Prejudice.

1 INTRODUÇÃO

A discussão acerca das políticas de ações afirmativas que vêm sendo

* Psicólogo. Mestrando em Poder Legislativo – CEFOR – Câmara dos Deputados. Especialista em Segurança Pública e Gestão de Recursos Humanos.

implementadas pelo governo federal do Brasil, nos últimos anos, vem recebendo cada vez mais atenção dos meios de veiculação de informações da mídia e sendo discutida pela população brasileira em geral.

No Brasil, cotas de participação já se encontram operando em diversas esferas da sociedade, tais como as cotas eleitorais, que reservam vagas às mulheres nos postos políticos, ou em concursos públicos, nos quais postos são reservados a deficientes físicos (VASCONCELOS; SILVA, 2004).

Uma das políticas de ações afirmativas que vem se mostrando bastante controversa é a adoção da política de cotas raciais, que reserva vagas nas universidades públicas para pessoas de cor negra.

É notável a rejeição encontrada a essa proposta, pautada nos mais diversos argumentos, tais como a dificuldade de definição de quem realmente seria negro no Brasil (PENA; BARTOLINI, 2004), a violação do direito de igualdade não obstante raça, presente na constituição de 1988 (MAGGIE; FRY, 2004) e o possível fomento ao racismo, em decorrência da divisão institucionalizada do país em raças.

Logo, torna-se evidente a necessidade urgente de se estudar tal temática, através de diferentes abordagens, contempladas por diferentes disciplinas. Tais estudos têm por objetivo embasar decisões institucionais e investigar os resultados da adoção de tal política, permitindo o melhor enfrentamento dos conflitos gerados por esta ação.

Neste trabalho, isso significa investigar a influência da identidade social no processo de favoritismo grupal, relativo à questão da política de cotas, presente no meio universitário.

Qual seria o papel da identificação social no posicionamento quanto à aceitação da política de cotas para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras? É plausível que parte da rejeição a essas ações afirmativas deva-se a fenômenos de natureza intergrupal, como a influência da assunção de uma identidade social sobre o favoritismo endogrupal, fenômeno descrito nos estudos de Tajfel (1972) e de seus seguidores.

Neste estudo investiga-se se a adoção de uma identidade social tem relação com o posicionamento quanto à adoção de cotas para estudantes negros nas universidades públicas brasileiras.

Seria mais importante o caráter racional na análise da questão da política de cotas ou a identificação com um grupo social baseada na etnia? O posicionamento acerca da questão de cotas estaria contaminado pelo preconceito racial?

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

De acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas), dos 53 milhões de brasileiros que vivem na pobreza, 63% são negros. Dos 22 milhões de brasileiros que se encontram abaixo da linha de pobreza, 70% são negros. Dos universitários, 97% são brancos, 2% negros e 1% descendentes de orientais. De acordo com dados advindos da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 1999, a taxa de analfabetismo é três vezes maior entre os negros (CARVALHO apud DOMINGUES, 2005).

Bittar e Almeida (2006) apontam as origens da luta contra a discriminação racial como centradas nas ideias defendidas durante a Independência Americana, ocorrida, em 1776, durante a Revolução Francesa, de 1789, nos ideais democráticos e na luta natural do homem por sua igualdade.

Tanto a Declaração da Independência Americana, como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, promulgada pela Assembleia Nacional Francesa, em 1789, pautada nos ideais de “Liberdade, Fraternidade e Igualdade”; afirmavam que todos os homens eram iguais perante a lei. Portanto, Bittar e Almeida (2006), consideram tais movimentos como embriões da luta antirracismo.

Já no Brasil, a história da resistência negra teve sua origem na vinda dos escravos africanos, em meados do século XVI. Desde então já se encontrou resistência organizada, tal como a instituição da República de Palmares, que durou até 1695, com a morte de Zumbi dos Palmares. Em meados de 1940 foi organizada a Frente Negra de Combate ao Racismo no país, porém, durante o regime militar, tais movimentos foram fortemente oprimidos. Já em 1968, a ONU aprovou a Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, ratificada por 157 países, entre eles o Brasil. Também foram promovidas três conferências mundiais sobre o tema pela ONU, as duas primeiras em Genebra, e a última, mais expressiva em termos de resultados para o Brasil, em Durban (BITTAR; ALMEIDA, 2006).

Pereira (2003) aponta a surpresa nacional, quando o presidente da República do período, Fernando Henrique Cardoso, tornou pública, durante a Conferência Mundial Contra o Racismo, realizada em 2001 em Durban, sua decisão de a delegação brasileira em tal conferência defender a adoção da política de cotas como modo de atenuação das desigualdades raciais.

Ao final do mesmo ano, diversos órgãos federais implantaram o sistema de cotas raciais em processos de contratação de funcionários e distribuição de bolsas de estudos. Na área educacional, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro aprovou o uso de cotas raciais e sociais para a seleção de estudantes para suas universidades estaduais (MOEHLECKE, 2004).

Tal surpresa deveu-se ao processo sociocultural historicamente instaurado no Brasil, de relegar a questão racial a segundo plano, tanto na produção acadêmica das ciências sociais, quanto na discussão da população e veiculação na mídia de tais informações (PEREIRA, 2003).

Portanto, tendo em vista a importância das ações visando diminuir tais diferenças socioeconômicas e o crescente interesse e abrangência desta temática na sociedade brasileira em diferentes esferas, torna-se necessário o estudo e exploração destas propostas.

Tal compreensão serve de indicador da influência da política de cotas na problemática das relações raciais no Brasil e de base à tomada de decisões quanto aos caminhos destas políticas.

A universidade se mostra como um campo privilegiado para a coleta de informações, visto que se configura ao mesmo tempo em objeto de disputa e campo da implementação da política de ação afirmativa aqui discutida.

1.2 AÇÕES AFIRMATIVAS

Segundo Grin (apud MAIO; SANTOS, 2005), a política de ação afirmativa é:

[...] um expediente político-administrativo do governo federal que busca, por meio de intervenções no mercado, ou de incentivos nos

setores públicos e privados, diminuir os efeitos da discriminação nas oportunidades de mercado e em educação para a população negra, entre outras minorias. Para tanto, uma redistribuição de oportunidades contemplaria minorias vitimadas por longa história de discriminação (p. 107).

Tais políticas encontram-se pautadas na ideia central de que se torna necessária, para a garantia da igualdade de direitos entre os cidadãos, a intervenção do Estado, no sentido do oferecimento de condições especiais àqueles que se encontram, devido a condições culturais, econômicas, políticas ou sociais, em situações de desvantagem em relação ao restante da população (NEVES; LIMA, 2007). Este conceito baseia-se no princípio fundamental da promoção da justiça e igualdade social em situações particulares, especiais e não universais.

Existem dois conceitos e objetivos de aplicação diferenciados das políticas de ação afirmativa. O primeiro tipo visa trazer uma reparação a um determinado segmento da sociedade, por alguma injustiça cometida no passado. Já o outro modo de encarar tal temática, mais difundido atualmente, enxerga as ações afirmativas como tendo por objetivo a ascensão de um determinado grupo social desfavorecido de alguma forma, possibilitando seu acesso a posições e bens sociais (MOEHLECKE, 2004).

Guimarães (apud MOEHLECKE, 2004) salienta o que julga ser a diferença fundamental entre as duas formas de conceber as políticas em tela, que o autor designa como forma antiga e moderna. Na primeira, nota-se um caráter essencialmente reparatório, tendo por objetivo compensar a discriminação sofrida pelos indivíduos, enquanto que na forma moderna, procura-se evitar que a discriminação ocorra, através de mecanismos de nivelamento social: inserção dos grupos desfavorecidos em setores de prestígio social.

As Políticas de Ações Afirmativas começam a difundir-se a partir dos anos de 1960, quando são adotadas nos Estados Unidos, por influência dos movimentos em prol dos direitos civis dos negros. Mais especificamente, foi em 1964 e 1965 que surgiram, nos Estados Unidos, os principais mecanismos legais que vieram a legitimar as políticas de ações afirmativas. Em 1964 é aprovada a Lei de Direitos Civis, que proibia qualquer tipo de discriminação, baseada em raça, cor, credo, sexo ou nacionalidade em programas governamentais e oportunidades de emprego (MOEHLECKE, 2004).

Em 1965, uma “Ordem Executiva” é assinada por Lyndon Johnson, que proibia a discriminação racial no interior das empresas. Para obrigar as instituições a aplicar essa lei, o governo norte-americano vai estabelecer, em 1968, a obrigatoriedade de cotas para negros e outras minorias étnicas na mesma proporção de sua composição na população total (NEVES; LIMA, 2007).

A partir dos anos 70, diversas universidades americanas passam a se utilizar do critério racial como fator de seleção de candidatos a vagas. Porém, tal ação gerou uma série de discussões, pautadas principalmente na ameaça ao sistema meritocrático e individualista, fortemente presentes na sociedade Americana (NEVES; LIMA, 2007).

Desde 1978, através de uma decisão tomada pela Corte Suprema dos Estados Unidos, quando analisando um caso em que um aluno branco havia sido recusado na Faculdade de Medicina de Davis, em decorrência da prática de uma política de cota racial, não é permitido se utilizar apenas do critério racial ao se implementar políticas de cotas. Tal critério pode sim, ser utilizado, desde que mesclado com outros, tais como critérios de gênero, de renda, sociais e residenciais (NEVES; LIMA, 2007).

1.3 IDENTIDADE SOCIAL E PRECONCEITO RACIAL

Tajfel (1972) conceitua a identidade social como sendo uma parcela do autoconceito, associada ao conhecimento da pertença aos grupos sociais, ao valor atribuído a tal afiliação e seu significado emocional subjacente. O significado avaliativo e emocional de tal pertença se expressa, principalmente pelo favoritismo dado ao grupo de pertença em relação ao exogrupo (AMÂNCIO, 2006).

A identidade social encarada através de grupos raciais é chamada de identidade racial e é conceituada, através de uma adaptação do conceito de Tajfel (1972), como a parcela do autoconceito derivada do conhecimento da pertença a determinado grupo racial e o valor associado a esta pertença, juntamente com seu caráter emocional (FRANÇA; MONTEIRO, 2002).

A noção de identidade social estabelece uma relação entre o campo psicológico e sociológico dos fenômenos grupais, sua análise centra-se na tensão entre a

identidade pessoal, constituída por características que o indivíduo atribui a si próprio (autoconceito) e a identidade social, que se refere a categorias sociais (ZAVALLONI, 1972).

Tal perspectiva encara os estereótipos sociais como formas específicas de organização do meio social, influenciadas fortemente por características individuais e subjetivas (AMÂNCIO, 2006).

Atualmente, nota-se uma tendência à apresentação da discriminação racial de formas indiretas e sutis. O preconceito racial se reveste de novas formas que visam negar a existência da discriminação, temendo a norma social que desautoriza a discriminação explícita de grupos por critérios de raça (VALA; BRITO; LOPES, 1997).

Camino et al (2001) demonstrou que a norma social antirracismo leva os indivíduos a evitar a expressão direta de atitudes pessoais preconceituosas, muito embora o preconceito ainda exista, de uma forma velada e ambivalente. Os indivíduos negam a existência do preconceito, baseando-se no mito da democracia racial brasileira, muito embora atitudes discriminatórias sejam evidentes, e o status social entre negros e brancos claramente distinto. Ou seja, o preconceito racial continua bastante forte no Brasil, muito embora ninguém se responsabilize por ele.

1.4 POLÍTICA DE COTAS E A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

A universidade brasileira se mostra como espaço privilegiado das discussões sobre as políticas de ações afirmativas em nosso país. Este fato justifica-se por este ambiente ser tanto objeto quanto meio de uma das principais formas de expressão de tais políticas: as cotas para negros nas universidades públicas brasileiras.

Outro fator de grande influência na necessidade de estudar a universidade em tal contexto é seu caráter genuíno de expressão da ideologia meritocrática. Nas universidades geralmente se observam ambientes de competição, nos quais os esforços individuais são recompensados de maneira universalista e igualitária. A ideia das cotas nas universidades quebra com tal forma de pensar e entender tais instituições e de certa maneira toda a sociedade brasileira.

Porém, nota-se facilmente que tal ideal meritocrático não é de fato existente nas academias de nosso país. Apenas 2% dos jovens negros brasileiros têm acesso à universidade, já 11% dos brancos tem acesso a tais oportunidades educacionais (LEITE; PEREIRA, 2002).

Moehleck (2004) conceitua o ensino superior brasileiro, como sendo um espaço não universalizado no qual as oportunidades de ingresso estariam condicionadas às capacidades acadêmicas dos indivíduos. Salienta também que desde a década de 60 há uma crescente preocupação sobre a democratização do acesso a este nível de educacional.

Cardoso e Sampaio (1994) salientam que o processo de ampliação das camadas médias urbanas da sociedade, fenômeno que se deu em reflexo da industrialização e globalização, foi de fundamental importância à expansão do acesso à universidade no Brasil. Uma população cada vez mais heterogênea vem tendo acesso à universidade atualmente, não mais se limitando à pequena população de estudantes de classe alta de algumas décadas atrás. Porém, as autoras fazem uma ressalva que, apesar de tal processo de expansão do acesso à universidade ser algo positivo ainda está bem longe de promover a real democratização da educação universitária no Brasil, muito embora já tenha sido em parte responsável por levantar questionamentos importantes.

Chauí (apud ALTMAN, 2002) salienta a importância de não se confundir democratização com massificação. Ou seja, o acesso à universidade deve ser ampliado e levado a abarcar a sociedade brasileira como um todo, comportando todas as suas heterogeneidades, porém o acesso não pode resultar em um descrédito da universidade, que não seria mais pensada como um espaço de formação crítica e de distinção, além deste processo de massificação acarretar um excesso de mão-de-obra mal preparada e desempregada.

2. METODOLOGIA

2.1 OBJETIVOS

Este estudo tem por objetivo investigar as relações empíricas entre os elementos definidores da identidade racial e o posicionamento em relação à política

de cotas, numa amostra de estudantes universitários. Para tanto foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

(1) identificar e descrever o posicionamento de um grupo de estudantes quanto às políticas de ação afirmativa, particularmente no que se refere à política de cotas – reserva de vagas para candidatos negros nos processos seletivos das universidades públicas brasileiras.

(2) identificar e descrever o posicionamento desse grupo de estudantes quanto a alguns aspectos relativos à identidade racial: a autocategorização, a importância a ela atribuída, o posicionamento no contexto de conflito intergrupais brancos x negros e a percepção de proximidade quanto ao pólo subalterno desse conflito.

(3) avaliar as relações entre estes aspectos relativos à identidade racial e o posicionamento dos estudantes no que se refere à política de cotas.

2.2 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA

Foram aplicados questionários em sala de aula com 294 estudantes de uma universidade pública da cidade de João Pessoa. Os participantes tinham idades variando entre 17 e 66 anos, porém, para fins de uma melhor caracterização da amostra de universitários, decidiu-se excluir os sujeitos com mais de 30 anos.

Sendo assim, a amostra final foi formada por 283 sujeitos, com idades variando entre 17 e 30 anos, sendo 57,9% com idades até 20 anos; 36% entre 21 e 25 anos e 6,1% entre 26 e 30 anos. Em relação ao sexo, 59,3% dos participantes era do sexo feminino enquanto 38,9% era do sexo masculino; 1,8% da amostra não informou o sexo. Quanto à renda, 17% informou ter renda até 1000 reais; 41% situou-se entre 1001 e 3000 reais; 16,2% tinha renda entre 3001 e 5000; 9,2% com renda superior a 5000 reais e 16,6% não informou renda.

Quanto à religião, a grande maioria informou ser católica, correspondendo a 67,5% da amostra, 8,5% declarou religião evangélica, 2,8% considera-se espírita, e 3,2% informou outro tipo de religião, tal como messiânica, deísta, cristã e etc. Os respondentes sem religião corresponderam a 11,3% da amostra e 6,7% não forneceu resposta a este item.

Foram abordados estudantes de três áreas de conhecimento diferentes, sendo 36% da área de Humanas, 27,3% da área de Exatas e Tecnologia e 36,7% da área

de Saúde e Biológica. Participaram da pesquisa estudantes cujo ano de ingresso na universidade variava entre 1999 e 2008. Os estudantes que haviam ingressado na universidade a partir do ano de 2007 foram considerados como de início de curso, e corresponderam a 55,1% da amostra. Já os estudantes que ingressaram na universidade em outros anos anteriores foram considerados como de fim de curso, correspondendo a 44,9% dos respondentes.

2.3 INSTRUMENTO

A – Quanto ao posicionamento do grupo de estudantes em relação à política de cotas:

Solicitou-se aos estudantes que indicassem qual deveria ser, em sua opinião, a proporção de vagas reservadas exclusivamente para pessoas negras no processo seletivo para ingresso nas universidades públicas. As opções de resposta variavam de 100% (todas as vagas para os negros) a 0% (não deve haver nenhuma reserva de vagas exclusivamente para negros).

Também solicitou-se aos estudantes que indicassem sua opinião, através de uma escala de níveis de concordância, variando entre 1 (discordo totalmente) e 7 (concordo totalmente), em relação a um conjunto de vinte sentenças, dez favoráveis e dez contrárias à política de cotas, baseadas nos argumentos mais comumente encontrados e utilizados pela mídia em relação a tal temática. Esta escala visou indicar uma medida atitudinal do posicionamento dos participantes em relação à política de cotas.

B - Quanto à identidade racial dos participantes, esta foi avaliada em três aspectos a ela relativos:

(1) Autocategorização racial e importância a ela atribuída:

Foi solicitado aos estudantes que respondessem como se consideravam em relação à própria cor de pele, escolhendo dentre as alternativas: branco, negro, moreno com predomínio de branco, moreno com predomínio de negro ou outra.

Também foi solicitado que indicassem o grau de importância que para eles tem essa auto categorização, numa escala de 0 (Nada importante) a 4 (Extremamente importante).

(2) Posicionamento no contexto de conflito intergrupais Brancos x Negros:

Utilizou-se da Escala de Identificação Social Subjetiva de Cor, constando de dois itens, um para a identificação com o *ingroup* (grupo de pertença) e outra para identificação com o *outgroup* (grupo de comparação), ambas possuindo uma graduação de 0 a 10 para mostrar a identificação racial de cada respondente. Dessa maneira, cada participante deveria assinalar numa escala de 0 (nenhuma identificação) a 10 (identificação total), o quanto se identificava com a maneira de pensar, a cultura e a forma de ser do seu grupo de pertença e do seu grupo de comparação, que foram estabelecidos pela autoclassificação racial de cada sujeito. Todos os participantes foram orientados a responder aos dois itens.

(3) Percepção de proximidade quanto ao pólo subalterno do conflito Brancos x Negros:

Esta proximidade foi avaliada em três níveis: Familiar, Interpessoal e Sócio Institucional. Os estudantes indicaram, numa lista de percentagem variando de 0% (nenhum) a 100% (todos), quantas pessoas da família (nível familiar), quantos amigos (nível interpessoal), quantos alunos de sua universidade e quantos brasileiros (nível sócio institucional) eles achavam que eram negros.

2.4 PROCEDIMENTOS

Os participantes foram abordados coletivamente nas salas de aula pelos entrevistadores, treinados previamente na aplicação dos instrumentos, e solicitados a responder a um questionário com objetivo de avaliar as imagens que a sociedade forma a respeito de pessoas de cor negra e de pessoas de cor branca.

A grande maioria das turmas abordadas se mostrou receptiva e disposta a colaborar com a pesquisa, havendo cerca de quinze participantes que se recusaram a responder e o recebimento de cinco questionários em branco.

Os dados foram computados através de softwares estatísticos e os quesitos em branco, quando faziam parte de variáveis intervalares, foram substituídos pela média total da amostra, e quando tratavam-se de variáveis nominais foram deixados em branco. Salienta-se que houve pouca quantidade de quesitos em branco, nunca ultrapassando 8% das respostas totais das variáveis em questão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 ANÁLISE DO POSICIONAMENTO DOS ESTUDANTES EM RELAÇÃO À POLÍTICA DE COTAS

Com o objetivo de avaliar o posicionamento dos estudantes em relação à política de cotas para negros nas universidades públicas, pediu-se que os participantes indicassem qual deveria ser a proporção de vagas reservadas exclusivamente para pessoas de cor negra no processo seletivo de ingresso nas universidades públicas brasileiras. Os participantes deveriam responder assinalando sua resposta em uma escala que variava entre 0% (nenhuma vaga deve ser reservada para os negros) e 100% (todas as vagas para os negros).

Nota-se, uma forte rejeição à política de cotas, expressa pela discordância na reserva de qualquer vaga para negros informada por 234 estudantes, correspondendo a 82,7% da amostra total. Apenas 3,2% da amostra optou por reservar 10% das vagas, 7,3% por reservar 20% das vagas, 1,8% assinalou a reserva de 30% para estudantes negros, 1,8% reservou 40% das vagas e 1,8% escolheu a proporção de 50% das vagas reservadas para estudantes de cor negra. O restante dos níveis de reserva de vagas (de 60% a 100%) não apresentou nenhum sujeito como respondente.

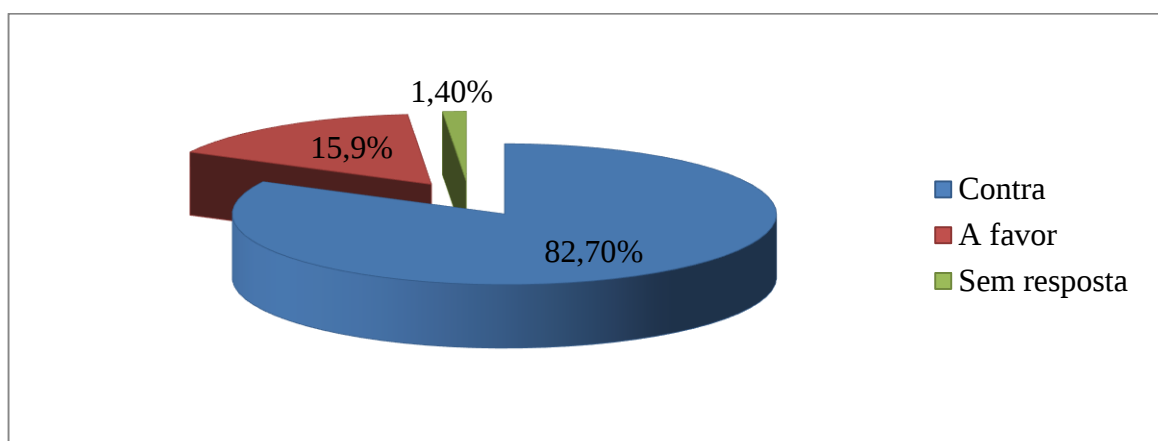


Figura 1 - Distribuição percentual do posicionamento em relação à política de cotas

Sendo assim, como pode-se ver na Fig. 1 acima, nota-se que 82,7% dos sujeitos foram completamente contrários à política de cotas, 15,9% mostrou-se a

favor, com seu nível de reserva de vagas variando entre 10% e 50% e 4 sujeitos não responderam à questão, constituindo 1,4% da amostra total.

Também se analisou o posicionamento dos estudantes em relação à política de cotas, através de uma escala composta por vinte itens contendo afirmações favoráveis e contrárias à política de cotas (dez afirmações favoráveis e dez contrárias). Pediu-se aos participantes que expressassem seu grau de concordância com os itens, através de uma escala, variando entre 1 (discordo totalmente) e 7 (concordo totalmente).

Realizou-se uma análise fatorial através do método dos eixos principais com os itens do instrumento e evidenciou-se - após a eliminação dos itens 2, 7, 9, 16 e 18, que apresentaram valores próprios menores que um, se apresentaram em fatores que apresentavam valor irrisório de variância total explicada ou em fatores que saturavam apenas em um item - o agrupamento em dois fatores. Como pode-se ver na Tab. 1 abaixo, os itens apresentaram resultado de 0,929 no teste KMO de adequação de dados para análise fatorial, e $\chi^2 = 1881,53$ no teste de Esfericidade de Bartlett, a $p < 0001$. O primeiro fator apresentou, na solução rotada, valor próprio de 3,71 e foi responsável pela explicação de 24,75% da variância total. Já o segundo fator apresentou também após a rotação, valor próprio de 3,46 e explicou 23% da variância total.

Tabela 1 - Valores próprios e variâncias totais explicadas dos fatores extraídos da escala de posicionamento em relação à política de cotas.

Fator	Valor Próprio	Variância Total Explicada
I	3,71	24,74%
II	3,46	23%

KMO = 0,929.

Teste de Esfericidade de Bartlett: $\chi^2 = 1881,53$, $p < 0001$.

Tornou-se evidente, como nota-se na Tab. 2 que o primeiro fator era composto por itens favoráveis à política de cotas, enquanto o segundo fator continha itens contrários a política de cotas. Logo cada fator foi tratado como uma subescala, a primeira expressando o grau de favorabilidade e a segunda expressando a não-favorabilidade dos estudantes à política de cotas.

Tabela 2 - Valores próprios dos itens da escala de posicionamento em relação à política de cotas divididos em fatores.

Item	Valor Próprio	
	Fator I	Fator II
3-A política de cotas para negros é fundamental na luta contra a dificuldade de entrada dos negros no mercado de trabalho no Brasil.	,734	
11-Os Brancos têm maiores e melhores oportunidades que os negros, portanto é necessário igualar essas oportunidades com a política de cotas.	,680	-,318
13-A reserva de vagas para negros nas universidades procura promover a igualdade, o respeito e a dignidade humana para todos.	,678	
1-As cotas para negros são uma ação positiva, pois corrigem um erro histórico de exclusão.	,664	-,350
15-No Brasil, a proporção de pessoas de cor negra nas melhores escolas e nos melhores postos de trabalho é mínima; por isso é justificável uma política de favorecimento à população negra, como as cotas.	,645	
16-As cotas rompem com o princípio republicano básico de igualdade entre os cidadãos.		,774
6-A política de cotas é uma violação do artigo da constituição que garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza.		,613
10-Os negros têm a mesma capacidade que os brancos, portanto não deveriam ser alvo de favorecimentos como a reserva de vagas nas universidades.	-,439	,611
4-Estabelecer um privilégio para determinado grupo, embora sendo este minoria, é injusto para os demais grupos sociais.		,595
20-A política de cotas é injusta porque seus beneficiários ocupam o lugar de pessoas que merecem mais, por obterem melhores notas.		,592
8-A competência (o mérito pessoal), e não a genética ou a lei é que deveria determinar o ingresso na universidade.	-,471	,543
12- A igualdade de competição e não o privilégio, por meio das cotas, deveria ser o critério de seleção no vestibular.		,539
14-A política de cotas para negros nas universidades oficializa o racismo no Brasil		,526

3.2 ANÁLISE DA AUTOCATEGORIZAÇÃO RACIAL

Para avaliar a autocategorização racial dos participantes do estudo, pediu-se que informassem como se consideravam em relação a sua cor de pele. Os participantes deveriam responder de acordo com cinco opções: negro, branco, moreno com predomínio de negro, moreno com predomínio de branco ou outro. Caso escolhessem a última opção, os estudantes deveriam indicar como se consideravam em relação a sua cor de pele.

Sendo assim, pôde-se perceber, como indicado na Fig. 2 a seguir, que apenas 3,2% dos estudantes se considerou como negro, 41,3% como branco, 14,1% como moreno com predomínio de negro e 36,1% como moreno com predomínio de branco, 4,9% dos participantes escolheu a opção outro, fornecendo respostas de autocategorização racial tais como pardo, moreno sem predomínio, mestiço, descendente indígena e etc. Apenas um sujeito, correspondendo a 0,4% da amostra total, não respondeu essa questão.

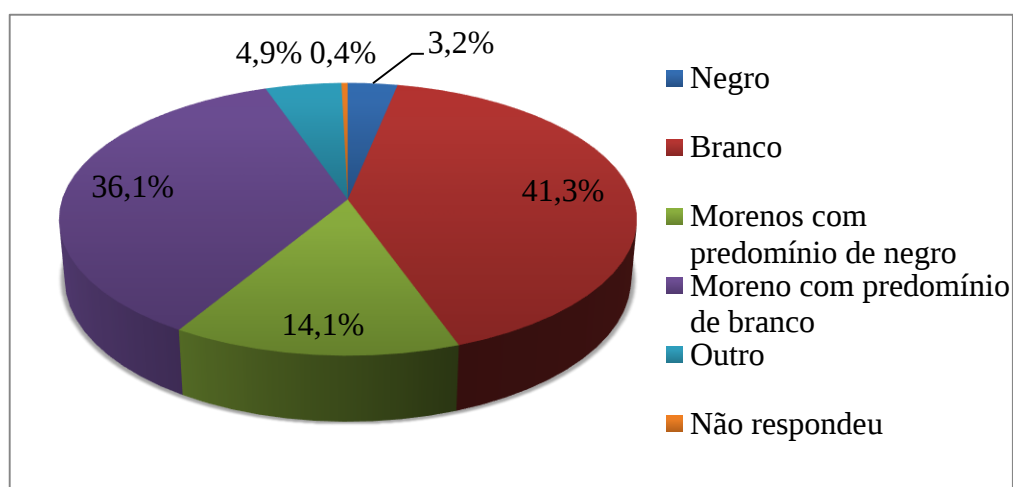


Figura 2 - Distribuição percentual da autocategorização racial

3.3 ANÁLISE DA IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA À AUTOCATEGORIZAÇÃO

Com o objetivo de analisar a importância atribuída à autocategorização racial dos participantes, pediu-se que eles indicassem numa escala com cinco opções de resposta, 0 (nada importante), 1 (pouco importante), 2 (medianamente importante), 3 (muito importante) e 4 (extremamente importante), o quanto consideravam importante se sentir como indicaram na autocategorização racial.

Verificou-se, como apresentado na Fig.3, que, entre os estudantes negros, 44,4% considerou nada importante ser da cor de pele que informou, 22,2% afirmou ser muito importante e 33,3% ser extremamente importante se sentir negro. Já entre os estudantes que se consideraram como morenos com predomínio de negro, 67,5% afirmou não ser importante sua cor de pele, 15% afirmou ser pouco importante, 7,5%

considerou medianamente importante, 2,5% muito importante e 7,5% extremamente importante.

Em relação aos estudantes que se percebiam como brancos, 57,3% afirmou não haver nenhuma importância a se sentir branco, 27,4% afirmou ser pouco importante, 12,8% considerou importância mediana, 1,7% assumiam a identificação com sua cor de pele como algo muito importante e 0,9% afirmou ser extremamente importante ser branco. Já entre os estudantes que se declararam como morenos com predomínio de branco, 49% considerou sua cor de pele como tendo nenhuma importância, 39,2% como pouco importante, 9,8% como medianamente importante e 2% como muito importante.

Já entre os estudantes que se consideraram como tendo outra cor de pele, tais como parda, indígena, morena sem predomínio, notou-se que 64,3% considerou sua cor de pele como nada importante e 35,7% como pouco importante. Porém, devido ao pequeno número de participantes que afirmou ter outra cor de pele e tendo em vista que se desejou analisar o posicionamento polarizado entre brancos e negros, removeu-se tal grupo das análises a seguir.

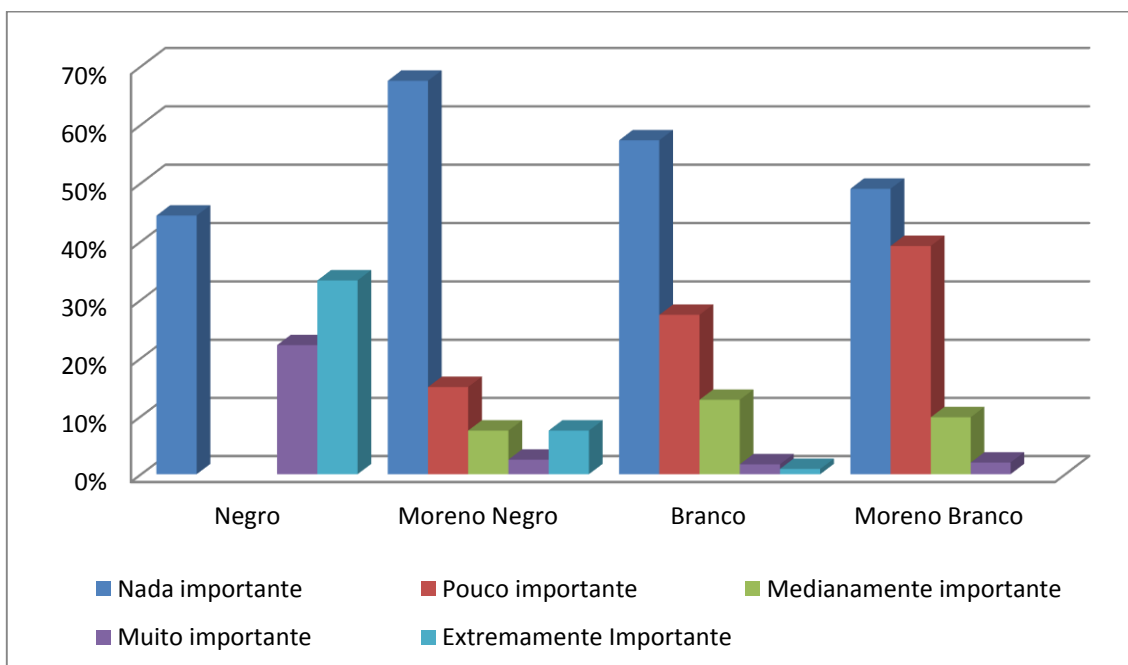


Figura 3 - Distribuição percentual da importância atribuída à autocategorização racial em função da cor da pele informada.

Buscando comparar os escores médios de importância atribuída à autocategorização racial, de acordo com os grupos formados por indivíduos que informaram ter a mesma cor de pele, realizou-se uma ANOVA, evidenciando, como visto na Tab. 3 abaixo, que apenas o grupo dos negros apresentou média de importância atribuída significativamente diferente dos demais grupos.

Tabela 3 - Escores médios e desvios-padrão de importância da identidade racial, em função da cor auto-atribuída.

Grupos de Cor	Média de importância atribuída	Desvios-Padrão
Negro (n=9)	2,000 _a	1,936
Moreno Negro (n=40)	0,675 _b	1,206
Branco (n=117)	0,615 _b	0,839
Moreno Branco (n=102)	0,652 _b	0,737
Total (N = 268)	0,685	0,947

Estatística: $F_{(3/264)} = 6,398$; $p < 0,001$.

Obs: as médias que não possuem o mesmo subscrito são diferentes a $p < 0,001$ no teste de Scheffe.

Decidiu-se agrupar os indivíduos que se classificaram como negros com aqueles que se classificaram como morenos com predomínio de negro e os que se afirmaram como brancos com os que se classificaram como morenos com predomínio de branco. Tal decisão foi tomada visando polarizar os indivíduos, em relação a sua categorização racial, em brancos e negros, tendo em vista questões que levam os indivíduos a fugir de uma polarização racial, devido a questões relativas a novas formas sutis de preconceito racial que levam os indivíduos a, em seu discurso, evitar assumir atitudes preconceituosas e de divisão racial explícita.

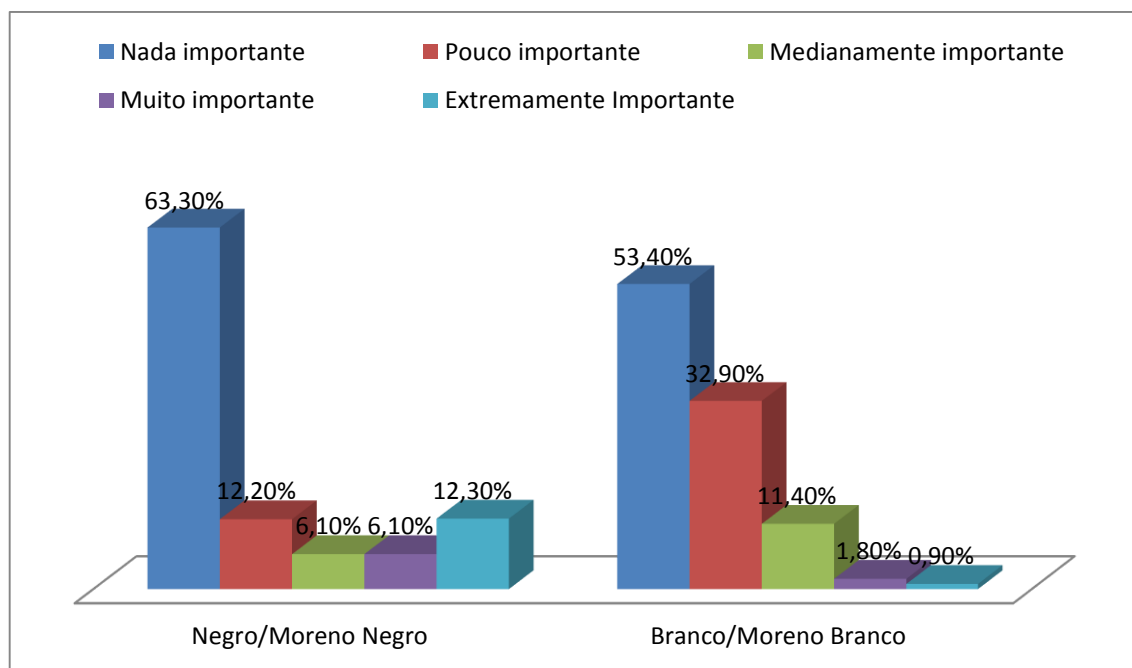


Figura 4 - Distribuição percentual da importância atribuída à autocategorização racial em função da cor da pele informada, dividida em grupos polarizados.

Como se pode ver na Fig. 4 acima, 63,3% dos estudantes que se consideraram como negros ou morenos com predomínio de negro afirmaram não ser nada importante sua cor de pele; 12,2% consideraram como pouco importante; 6,1% como medianamente importante; 6,1% como muito importante e 12,3% como extremamente importante.

Já entre os estudantes que afirmaram serem brancos ou morenos com predomínio de branco; 53,4% considerou sua cor de pele nada importante; 32,9% pouco importante; 11,4% medianamente importante; 1,8% muito importante e 0,9% extremamente importante.

3.4 ANÁLISE DO POSICIONAMENTO NO CONFLITO INTERGRUPAL

Como o objetivo de avaliar o posicionamento dos participantes em relação ao conflito intergrupar, perguntou-se o quanto se indentificavam com o pensamento, a cultura e a forma de ser dos brancos e dos negros. Os indivíduos deveriam responder utilizando-se de uma escala variando entre 0 (nenhuma identificação) e 10 (identificação total).

Como se observa na Fig. 5 abaixo, o grupo formado por negros e morenos com predomínio de negro, apresentou como escore médio de identificação com os brancos

4,2; e média de 5,0 de identificação com os negros. Já o grupo formado por brancos e morenos com predomínio de branco apresentou média de 4,6 no escore de identificação com os brancos, e 4,3 de identificação com negros.

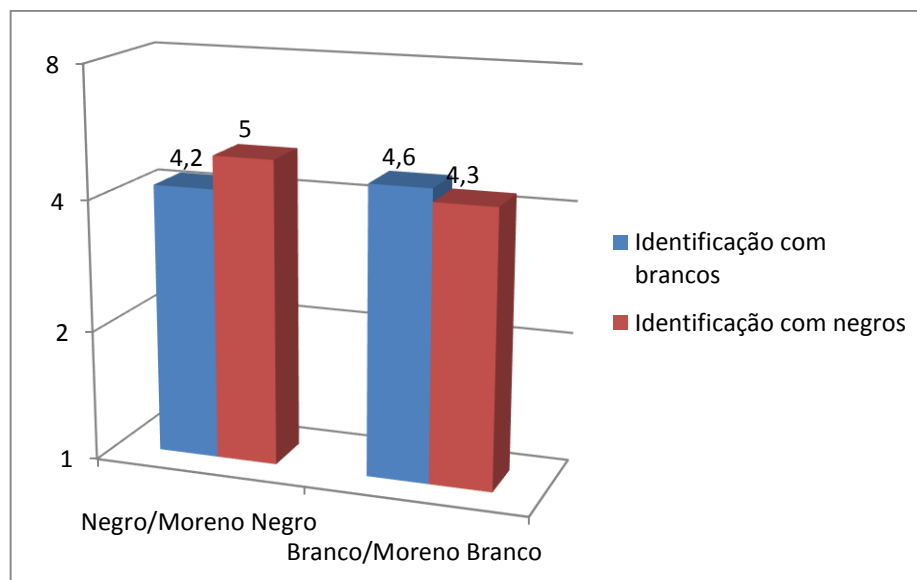


Figura 5 - Escores médios de importância da identificação com o grupo de cor, em função da cor auto-atribuída em grupos polarizados.

Buscando a comparação de tais médias, realizou-se um teste T com amostras independentes, evidenciando-se, como pode ser visto na Tab. 7 abaixo, que os grupos de cor não apresentaram diferenças estatisticamente significativas tanto na variável de identificação com os brancos, quanto na variável de identificação com os negros.

3.5 ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DE PROXIMIDADE AO POLO SUBALTERNO DO CONFLITO BRANCOS X NEGROS

Em relação à avaliação da proximidade com os negros nos níveis interpessoal e familiar, evidenciou-se, como consta na Tab. 4 abaixo, que os estudantes que se consideraram como negros ou morenos com predomínio de negro possuem mais amigos ($m = 33,877$) e mais pessoas da família ($m = 36,326$) de cor negra quando comparados aos brancos, que apresentaram média de 27,123 da percentagem de amigos de cor negra e 19,629 de média percentual de membros da família negros.

Tabela 4 - Escores médios e desvios-padrão das respostas de avaliação de proximidade com negros nos níveis interpessoal (amigos) e familiar (família), em função da cor de pele autoatribuída

Cor de pele autoatribuída	Família			Amigos		
	Médias	D.P.	Estatística	Médias	D.P.	Estatística
Negro/Moreno Negro (n=49)	36,326	23,424	t = 5,589 G.L. = 266	33,877	17,177	t = 2,864 G.L. = 266
Branco/Moreno Branco (n=219)	19,269	18,284	p < 0,001	27,123	14,381	P < 0,005
Total (N=268)	22,367	20,204	-	28,197	15,015	

No que concerne à avaliação da proximidade com os negros no nível sócio institucional (alunos da universidade e brasileiros), não houve diferenças significativas entre os estudantes que se consideraram como negros e morenos com predomínio de negro e brancos e morenos com predomínio de branco na média de percentual de alunos na universidade, porém os negros e morenos com predomínio de negro atribuíram 57,959 de média de percentual de brasileiros negros, e os que se consideraram como brancos apresentaram média de 51,095, como visto na Tab. 5 abaixo.

Tabela 5 - Escores médios e desvios-padrão das respostas de avaliação de proximidade com negros nos níveis sócio institucional (alunos da universidade e brasileiros), em função da cor de pele autoatribuída.

Cor de pele autoatribuída	Alunos			Brasileiros		
	Médias	D.P.	Estatística	Médias	D.P.	Estatística
Negro/Moreno Negro (n=49)	27,551	13,621	t = -1,057 G.L. = 266	57,959	16,199	t = 2,710 G.L. = 266
Branco/Moreno Branco (n=219)	29,863	13,896	N. Sig.	51,095	15,989	p < 0,007
Total (N=268)	29,328	13,625	-	52,296	16,090	-

3.6 ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE OS ASPECTOS RELATIVOS À IDENTIDADE RACIAL E O POSICIONAMENTO DOS ESTUDANTES NO QUE SE REFERE À POLÍTICA DE COTAS

A partir da correlação de Pearson das variáveis de reserva de vagas, importância atribuída à cor e identificação com os brancos e negros, vista na Tab. 6 abaixo, pode-se perceber que a variável de proporção de vagas reservadas para negros nas universidades se correlaciona positivamente com a importância atribuída à cor, que por sua vez correlaciona-se também positivamente com a identificação tanto com negros quanto com brancos. Também evidencia-se a existência de correlação positiva entre as variáveis de identificação com o grupo racial.

Tabela 6 - Coeficientes de correlação de Pearson das variáveis de reserva de vagas, importância atribuída à cor, identificação com os brancos e com os negros.

	% de Vagas	Importância atribuída à cor	Identificação com brancos	Identificação com negros
Importância atribuída à cor	0,208* n = 279	-	-	-
Identificação com brancos	0,46 n = 279	0,169* n = 283	-	-
Identificação com negros	0,86 n = 279	0,171* n = 283	0,558* n = 283	-

* Nível de significância: $p < 0,01$.

Buscando comparar os escores médios de posicionamento dos participantes em relação à política de cotas, utilizando-se da escala bi-fatorial, composta por um fator de itens de favorabilidade e outro de itens de não-favorabilidade à política de cotas, relacionou-se os escores dos participantes nesses dois fatores com seu sexo, através de uma ANOVA.

Não houve diferenças significativas entre os escores de concordância e discordância dos estudantes de acordo com seu sexo.

Efetuaram-se análises comparativas das médias dos índices de discordância e concordância dos sujeitos com a política de cotas, em função da área de conhecimento, do curso dos estudantes e se eram do início ou fim de curso. O único efeito estatisticamente significativo observado foi uma diferença entre as médias de discordância dos estudantes em função de sua área de conhecimento. Como pode-se ver na Tab. 7 a seguir, os alunos da área de Humanas apresentaram média de discordância de 5,26; enquanto os estudantes de Exatas apresentaram média de 5,9. Já os estudantes da área de Saúde apresentaram média de discordância com as cotas de 5,71.

Tabela 7 - Escores médios e desvios-padrão do índice de discordância com a política de cotas, em função da área dos estudantes.

Área	N	Médias	Desvios-Padrão	Estatísticas
Humanas	102	5,26	1,41	F = 6,16 G.L. = 2 p: < 0,01
Exatas/Tecnologia	77	5,9	1,09	
Saúde/Biológicas	104	5,71	1,26	
Total	283	5,6	1,6	

Comparou-se as médias dos índices de concordância e discordância com a política de cotas em função dos grupos de cor polarizados e a posição dos estudantes no conflito racial. Não se observou nenhuma diferença estatisticamente significativa tanto nas médias do índice de concordância com a política de cotas como nas médias do índice de discordância com a política de cotas entre os estudantes brancos e negros e entre aqueles que se posicionavam no conflito valorizando a pertença ao *ingroup*, ao *outgroup*, ou apresentando um posicionamento neutro.

Em seguida, buscando comparar as médias de concordância e discordância com a política de cotas em função da importância atribuída a cor de pele pelos participantes, realizou-se uma ANOVA, evidenciando-se que houve diferenças significativas no posicionamento em relação à política de cotas, baseado nos índices

de concordância ($F = 6,97$; G.L. = 5; $p < 0,001$) e discordância ($F = 5,47$; G.L. = 5; $p < 0,001$), de acordo com a importância atribuída pelos estudantes a sua cor de pele.

4. DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou, especificamente, verificar qual o papel desempenhado pela Identidade Racial na avaliação e posicionamento frente à política de cotas para negros nas universidades públicas. A temática da política de cotas encontra-se como um aspecto central do debate atual sobre o preconceito racial, e o entendimento de tal temática é de crucial importância visando o delineamento e avaliação de ações que se propõem a diminuir as diferenças entre brancos e negros no Brasil.

Procurou-se realizar a investigação de tal temática centrando-se na universidade, coletando a opinião dos estudantes universitários, que se mostram como principais implicados nos desdobramentos das políticas de ação afirmativa no acesso universitário, e a própria universidade se configura tanto em objeto de disputa como no próprio lugar de implantação de tais políticas aqui discutidas.

Se tratando do posicionamento em relação à política de cotas, pôde-se observar uma forte rejeição: 82,7% dos participantes foram completamente contrários à política de cotas, não reservando nenhuma vaga aos negros nas universidades públicas. Apenas 15,9% mostrou-se favorável em algum grau, variando entre 10% e 50% do número de vagas nas universidades reservadas para os negros. Tanto os estudantes que se mostravam favoráveis, quanto os contrários à política de cotas, se mostraram distribuídos em uma população bastante heterogênea. Também pelo grande predomínio de casos contrários à política de cotas, não havendo variabilidade suficiente de dados, não foi possível se estabelecer muitas relações significativas com outras variáveis de identidade racial. Observou-se uma diferença entre as médias de discordância dos estudantes em função de sua área de conhecimento. Os alunos da área de Humanas apresentaram média de discordância de 5,26; enquanto os estudantes de Exatas apresentaram média de 5,9. Já os estudantes da área de Saúde apresentaram média de discordância com as cotas de 5,71. Também evidenciou-se a

influência da importância dada a cor de pele e o posicionamento em relação à política de cotas

Analisando a auto-categorização racial dos estudantes, evidenciou-se que apenas 3,2% dos estudantes se considerou como negro, 41,3% como branco, 14,1% como moreno com predomínio de negro e 36,1% como moreno com predomínio de branco. Nota-se o número quase irrisório de estudantes que afirmaram ser da cor negra, o que vem a corroborar a dificuldade de entrada do negro nas instituições públicas de ensino superior. Por outro lado, evidencia-se também que a grande maioria daqueles que se consideraram como morenos se posicionou mais próximo ao polo dos brancos, o que pode acontecer por influência da ideologia do branqueamento vivida na sociedade brasileira atualmente. É possível que tal forma de branqueamento também tenha se refletido no pequeno número de estudantes que se consideraram negros, preferindo posicionarem-se como morenos, fugindo da polarização. Em decorrência dos grupos de cor de pele terem se apresentado muito desequilibrados, com a maioria dos estudantes se afirmando como brancos e morenos com predomínio de branco, e só uma grande minoria constituída de negros e morenos com predomínio de negro, várias análises estatísticas foram prejudicadas, dificultando bastante a comparação entre os grupos.

Muito embora evidências corroborem a ideia do branqueamento, que afirma que os negros procuram aproximar-se dos brancos quando questionados sobre sua identidade racial, procurando demonstrar uma posição menos desfavorável no conflito, notou-se que entre os estudantes que se consideraram como negros ou morenos com predomínio de negro, 18,4% considerou sua cor de pele como sendo muito ou extremamente importante. Já entre os estudantes que se auto-afirmaram como brancos ou morenos com predomínio de branco, apenas 2,7% considerou sua cor de pele como muito ou extremamente importante.

Tal dado se coloca de acordo com a Teoria da Identidade Social de Tajfel (1972), que afirma que os grupos minoritários apresentam uma maior avaliação de importância endogrupal quando comparado aos grupos dominantes. A maior relevância da identidade social em grupos dominados se justifica pela necessidade de afirmação positiva do grupo, visando galgar uma posição menos desprivilegiada na esfera social.

Também pode-se pensar que a pouca importância atribuída à identidade racial, encontrada nos brancos se relaciona à desejabilidade social. Os brancos podem ter apresentado uma importância menor a sua cor de pele quando comparado aos negros por relutarem em ir de encontro a uma norma social vigente, através da qual os brancos em seu discurso atenuam as diferenças de estatuto entre seu grupo racial e os negros.

Em relação ao posicionamento dos estudantes no conflito intergrupar entre brancos e negros, nota-se uma maior identificação dos negros ($m = 5$) com o pensamento, cultura e forma de ser dos negros do que dos brancos ($m = 4,6$), com o pensamento, cultura e forma de ser dos brancos. Tal dado também vem a corroborar a existência de uma maior identificação e valoração do grupo de pertença entre pessoas de grupos de status minoritários, como os negros.

Quanto à avaliação da proximidade com pessoas de cor negra nos níveis pessoal (amigos e família) e sócio institucional (alunos da universidade e brasileiros), notou-se que os estudantes que se identificaram como negros ou morenos com predomínio de negro apresentaram médias maiores de porcentagem de amigos ($m=33,8$), familiares ($m = 36,3$) e brasileiros ($m = 57,9$) de cor negra, do que os brancos, que apresentaram 27,1 de média de porcentagem de amigos negros, 19,2 de familiares negros e 51 de brasileiros negros. Nota-se que a diferença entre os grupos se torna mais evidente quando se leva em consideração o nível pessoal (número de amigos e familiares de cor negra). Já quando o nível de avaliação é mais geral e abstrato (alunos de universidade e brasileiros em geral), a diferença é menor, chegando até a avaliação dos brancos ($m=29,8$) ser maior que a dos negros ($m=27,5$), quando perguntou-se o percentual de alunos da universidade que os estudantes consideravam como negros.

Ou seja, no grupo dos estudantes que afirmaram serem brancos ou morenos com predomínio de branco, nota-se que a proximidade com os negros se dá em um nível mais geral e abstrato, porém quando avaliam a convivência com pessoas de cor negra no seu grupo de amigos, e principalmente de familiares, o nível de proximidade cai acentuadamente.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, L. Identidade social e relações intergrupais. In: VALA, J.; MONTEIRO, M.B. (Orgs.) **Psicologia Social**. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.

BITTAR, M.; ALMEIDA, C.E.M. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar**, n. 28, p. 141-159, 2006.

CAMINO, L., SILVA, P.; MACHADO, A.; PEREIRA, C. A face oculta do racismo: uma análise psicossociológica. **Revista Psicologia Política**. v.1, n. 1, 2001.

CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. Estudantes universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, 1994.

DOMINGUES, P. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, p. 164-176, 2005.

FRANÇA, D. X.; MONTEIRO, M. B. Identidade racial e preferência em crianças brasileiras de 5 a 10 anos de idade. **Psicologia**, v. XVI, n. 2, p.293-323, 2002.

LEITE, C.; PEREIRA, F. O papel da universidade e a diversidade cultural. In DAUSTER, T. (Org.). A invenção do leitor acadêmico: universitários, leitura e diferenças culturais. **Educ.Ação**, n. 57, 2002.

MAIO, M.C.; SANTOS, R.V. (2005 jan/jun). Política de cotas raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da antropologia: o caso do vestibular da universidade de Brasília (UNB). **Horizontes Antropológicos**, n. 23, p. 181-214.

MAGGIE, Y.; FRY, P. A reserva de vagas para negros nas universidades brasileiras. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, p. 67-80, 2004.

MOEHLECKE, S. **Fronteiras da igualdade no ensino superior: excelência e justiça racial**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2004.

NEVES, P.S.C.; LIMA, M.E.O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n.34, p. 17-38, 2007.

PENA, S.D.J.; BORTOLINI, M.C. Pode a genética definir quem deve se beneficiar das cotas universitárias e demais ações afirmativas? **Estudos Avançados**, v.18, n.50, 31-50, 2004.

PEREIRA, A.M.P. “Um raio em céu azul”. Reflexões sobre a política de cotas e a identidade nacional brasileira. **Estudos Afro-Asiáticos**, n.3, p. 463-482, 2003.

TAJFEL, H. La catégorisation sociale. In: MOSCOVICI, S. (Ed.). **Introduction à la psychologie sociale**, Vol. I, Paris, Larousse, 1972.

VALA, J.; BRITO, R.; LOPES, D. Expressões do racismo em Portugal. Portugal, Imprensa de Ciências Sociais, 1997.

VASCONCELOS, S.D.; SILVA, E.G. Acesso à universidade pública através de cotas: uma reflexão a partir da percepção dos alunos de um pré-vestibular inclusivo. **Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais**, n.49, p.453-468, 2005.

ZAVALLONI, M. (1972). L'identité sociale, um concept à La recherché d'une science. In: MOSCOVICI, S. (Ed.) **Introduction à la Psychologie Sociale** (vol. 2) Paris, Larousse.